



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Abril a Junho de 2011

Ano 36 – Nº 204

Foto: Arquivo CNS



**“Se nos calarmos, as florestas gritarão”
A cronologia da violência no campo no país**

Págs.: 8 e 9



Foto: Cristiane Passos

*Assembleia Geral da CPT reafirma seu caráter pastoral e sua atuação profética junto aos pobres em conflito. **Pág.: 6***

EDITORIAL

Violência e Código Florestal: comando sincronizado

Esta edição sofreu um considerável atraso e mudança de pauta, pois quando a estávamos fechando fomos atropelados pela violência que se desencadeou de modo particular no sul do Pará, a partir do assassinato do casal Maria do Espírito Santo e José Cláudio Ribeiro da Silva, atingindo outros trabalhadores, se estendeu para a Rondônia, chegou ao Tocantins, propagou-se por áreas quilombolas do Maranhão e do norte de Minas Gerais, ricocheteou sobre agentes da CPT no Acre e no Mato Grosso.

A violência contra os trabalhadores e trabalhadoras, que não cessa em tempo algum, em determinados momentos e circunstâncias tem repercussão incomum. Os dados da CPT sobre conflitos e violência, sobretudo os relativos às ameaças de morte e assassinatos, fizeram parte do noticiário de centenas de veículos de comunicação em todo o Brasil e também no exterior. A CPT foi solicitada a se manifestar em dezenas e dezenas de entrevistas sobre como via o que estava ocorrendo.

O governo, como sempre em casos assim, anunciou uma série de medidas para combater a violência, mas as causas geradoras dos conflitos, que são parte da estrutura agrária brasileira, estas permanecem intocadas. Como muito bem disse o sociólogo José de Souza Martins, em artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, de 05 de junho, “a questão ambiental e a questão fundiária decorrem da economia delinquente, clandestina e paralela da grilagem de terras e do desmatamento irregular, que têm sido marca de nossa história desde que a Lei de Terras, de 1850, no Império, criou a propriedade fundiária absoluta e privou o Estado do direito de domínio sobre as terras do País. Privou-se o governo do principal recurso para gestão do uso do território, entregando aos particulares o arbítrio e a decisão sobre bens naturais que dizem respeito ao nosso futuro, ao bem-estar do povo e à própria segurança nacional. A República agravou o problema transferindo aos Estados, redutos das oligarquias retrógradas e seus interesses políticos e territoriais, a gestão das terras devolutas... A economia delinquente e paralela, ilegal, tem se apropriado de porções do território, criado enclaves territoriais, estabelecido governos invisíveis, instituído polícias privadas, abolido a lei e os códigos, violado a Constituição.” Pior do que isso, territórios sobre os quais o Estado tem pleno domínio e que deveriam ser destinados para reforma agrária, são transferidos para particulares, num gigantesco processo de regularização da grilagem, proposto pela Medida Provisória 458, (Lei 11.952/2009). Com isso mais de 67 milhões de hectares do domínio público na Amazônia, podem passar ao domínio particular.

Os últimos atos de violência começaram a eclodir, como que num comando sincronizado, no mesmo dia em que era votado na Câmara dos Deputados, em Brasília, o novo Código Florestal, que flexibiliza leis ambientais e anistia os que cometeram crimes punidos pela legislação vigente. E aconteceram logo depois da revolta em Jirau, RO. Irmã Maria Ozania, da CPT Rondônia, nos fala do clima que se vivia na área. Todo esse vendaval serviu para mostrar que a CPT está viva e atuante, neste momento em que comemora o 25º aniversário do martírio do Pe. Josimo. Em sua XXIII Assembleia concluiu o processo de avaliação, como se pode ver nesta edição, na qual vamos, também, conhecer um pouco da CPT São Paulo, e refletir na proposta da construção de uma sociedade igualitária que nos é apresentada nas reflexões bíblicas.

Nesta edição acompanhamos ainda a Via Campesina do Brasil, que lança a Campanha Permanente de Combate aos Agrotóxicos, e como, na Argentina, a Justiça proíbe a Pulverização de agrotóxicos em Santa Fé, e exige das companhias petrolíferas pedir autorização aos indígenas para realizar atividades em seus territórios.

Boa leitura!



“Povos Indígenas Isolados na Amazônia: a luta pela sobrevivência”

São cerca de 150 povos indígenas em situação de isolamento no mundo, dos quais 127 na América do Sul, sendo 90 no Brasil. Esses dados fazem parte do livro “Povos Indígenas Isolados na Amazônia: a luta pela sobrevivência”, lançado em 14 de junho em Brasília, na Procuradoria Geral da República, pelo conselho Indigenista Missionário – CIMI e pela Universidade Federal do Amazonas. O livro é resultado da presença ativa e comprometida de agentes sociais envolvidos com a luta dos povos indígenas em defesa de seus direitos, e tem como objetivo dar visibilidade a esta realidade, na expectativa de conseguir apoios na sociedade civil para a defesa e garantia de direitos que permitam a estes povos, a possibilidade de continuar a existir enquanto sociedades etnicamente diferenciadas, bem como cobrar do poder público sua responsabilidade na proteção à vida e aos seus territórios.



CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE

Você que tem acompanhado pelo Pastoral da Terra a atuação da CPT na denúncia dos assassinatos, ameaças de morte e no combate ao trabalho escravo, participe desta luta contribuindo para que a Pastoral possa continuar a desenvolver suas atividades junto aos homens e mulheres do campo.

Contribua com a

CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE
fazendo sua doação para Comissão Pastoral da Terra no
Banco do Brasil - agência 1610-1 Conta: 116.858-4

Agradecemos!



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Ladislau Biernaski

Vice-presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Lucimere Leão
Isolete Wichinieski
Padre Herminio Canova
Padre Dirceu Fumagalli

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Paula Pereira
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO
EED
Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo

Fundação Eugen Luther

MZF
Missionzentrale der Franziskaner e. V.

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br



Perdemos o amigo, companheiro e lutador Pe. José Koopmans

O ambientalista, Padre José Julius Maria Koopmans, 72 anos, morreu na noite do dia 3 de junho, depois de sofrer um infarto quando fazia caminhada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, em Teixeira de Freitas, BA. Pe. José viveu por mais de 40 anos no Extremo Sul da Bahia e se tornou um estudioso da região e, sobretudo, um lutador de um povo castigado por um modelo de desenvolvimento centrado na monocultura de eucalipto. Indignado com tamanha violação

de direitos, praticada pelas empresas Bahia-Sul, Aracruz e Veracel, o sofrimento dos trabalhadores e a omissão do estado, ele começou a fazer já nos anos 1980 suas denúncias, vendo de perto o que estava acontecendo com o povo e com a natureza. Ajudou a fundar o Centro de Pesquisas e Estudos do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES). Com um profundo conhecimento da região e seu povo, escreveu o livro "Além do Eucalipto" que teve duas edições além de outros livros.

Movimentos pressionam por CPI do trabalho escravo no MA

Em uma audiência pública sobre trabalho escravo, realizada na tarde do dia 31 de maio, na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em São Luís, o advogado Antonio Filho, do Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos de Açailândia (CDVDH) entregou um documento para a deputada estadual Eliziane Gama (PPS-MA) exigindo que seja instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o trabalho escravo no Maranhão. Representando diversas entidades e movimentos sociais, Filho chamou a atuação do Estado no combate ao trabalho escravo de hipócrita. "É muita hipocrisia dizer que o Estado priorizou o fim do trabalho escravo. Existem vários planos que só estão no papel e, dificilmente, é emitida voz de prisão a um fazendeiro". Nonato Masson, representante da seção maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), apóia a instalação da comissão. "A CPI é justamente para investigar porque o Estado é refém do trabalho escravo, tão lucrativo para o fazendeiro". Masson afirma que é necessário destrinchar a relação de subserviência



do Estado com esses crimes. "É um absurdo verificar que uma das práticas do Estado é negociar com esses fazendeiros, onde muitos ainda alegam que não podem pagar. Não se pode negociar com criminosos, existe todo um aparato legal que os pode julgar", comenta o advogado. Para instaurar a CPI do trabalho escravo no Maranhão são necessárias, pelo menos, 14 assinaturas dos deputados estaduais.

Comissão Episcopal participa do lançamento do Comitê Gestor da Conferência Rio + 20

Com a presença da Presidente Dilma, do Sub-Secretário-Geral para Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas (ONU), Sha Zukang, o governo lançou no dia 7 de junho, no Palácio do Planalto, o Comitê Brasileiro de Organização da Conferência das Nações Unidas Rio + 20, que acontecerá durante a Semana do Meio Ambiente em 2012, no Rio de Janeiro. Através do tema - Desenvolvimento Sustentável: compromisso com o presente e diálogo com o futuro - a Conferência deverá tratar dos seguintes temas no seu painel central: crescimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental. No evento fizeram uso da palavra, uma representante do movimento nacional dos catadores, uma representante das entidades ambientalistas e outra representante do setor empresarial do país. A fala da Ministra Isabela Teixeira focou o compromisso do Brasil em relação à questão ambiental do planeta, pela sua imensa riqueza de biodiversidade, florestas e águas e a diversidade cultural do seu povo. O ministro Antônio Patriota desafiou a Rio + 20 a tratar com seriedade questões de economia verde, combate à pobreza e go-



RIO+20
United Nations
Conference on
Sustainable
Development

vernança mundial. Irmã Delci Maria Franzen, secretária da Comissão Episcopal. Pastoral para o serviço da Caridade, da Justiça e da Paz participou do evento em nome da CNBB. Segundo ela "ainda restam muitas dúvidas sobre como vai ser a Rio+20, e se de fato haverá algum avanço concreto, mas pelo menos o Governo reconhece que o Brasil será sede do maior evento ambiental mundial e suas políticas ambientais estarão na vitrine do planeta, 20 anos após a outra importante Conferência sobre o clima, que foi a 'Eco 92'". A presidenta Dilma assinou o decreto da criação do comitê brasileiro em preparação à Conferência Rio +20, dizendo que a Conferência pode contribuir para que os países assumam o compromisso com o futuro da humanidade. O evento acontece entre os dias 4 e 6 de junho de 2012.

O Campesinato está de luto

Com um profundo sentimento de dor e tristeza, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) noticiou no dia 30 de abril, a morte por acidente de carro ocorrido na BA - 160, entre os municípios de Ibotirama e Seabra (BA), do companheiro Derli Casali e Maria Izabel da Silva. Ambos eram militantes do Movimento na região Nordeste e vinham de Brasília, onde participaram de uma reunião da Coordenação nacional da organização à qual pertenciam. Também no estado da Bahia, o MST noticiou a perda de quatro companheiros, envolvidos num acidente fatal na BR 101 na tarde de sábado, 21 de maio. Antônio de Araújo Filho, Joares Araújo, Jamille Casa e Leonardo morreram na colisão do veículo onde estavam com um caminhão, entre São José da Vitória e Arataca. Para as organizações da Via Campesina Brasil, fica o papel de continuar essa luta, que carrega a herança de todos os companheiros e companheiras que tomaram na caminhada, que terminará apenas quando derrotarmos o capitalismo e construirmos uma sociedade socialista.

MST mobiliza 19 estados e faz 70 ocupações de latifúndios na Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária

A Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, organizada no mês de abril, mobilizou 19 estados e o Distrito Federal somando-se ainda a atividades em Brasília, na Câmara dos Deputados, e um ato em memória aos 15 anos de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás. Foram realizadas atividades em Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco e Tocantins.

Foram mais de 30 mil famílias em luta, totalizando 70 ocupações de latifúndios, mobilizações em 14 sedes do Incra, além de fechamento de estradas, acampa-

mentos nas capitais, distribuição de alimentos sem agrotóxicos, debates com a sociedade, audiências públicas e ações em diferentes órgãos dos governos locais responsáveis pela Reforma Agrária. "O balanço da



Foto: MST

jornada é bastante positivo e mostrou a força do nosso movimento, casando lutas de massa e atividades políticas. Fizemos ocupações de latifúndios e manifestações em 19 estados, além de audiência com ministros, governadores e secretários estaduais, atividades políticas no Congresso Nacional e em assembleias legislativas, distribuição de alimentos sem agrotóxicos para a população. É uma das jornadas de abril com mais ocupações desde 2004", avalia o integrante da Coordenação Nacional do MST, José Batista de Oliveira.

ARTIGO

Campanha Permanente pelos Agrotóxicos e pela Vida

FERNANDA JATOBA*

O proclamado aumento da produtividade na agricultura, feito pelos defensores do modelo da Revolução Verde, teve altíssimo custo social e ambiental e ainda não resolveu problemas fundamentais da humanidade, como a fome. O uso de agrotóxicos em larga escala é uma tônica desse modelo. Isso tem causado inúmeros impactos, como a contaminação dos solos e dos rios, destruição da biodiversidade, contaminação dos trabalhadores e dos consumidores finais da produção agrícola. Além disso, a prática acarreta o aumento do número de pragas e o consequente aumento da aplicação desses insumos. Dessa forma, a agricultura e os produtores tornam-se reféns deste modelo produtivo, que envolve um ciclo de uso de venenos insustentável.

Desde 2008 o Brasil é o campeão mundial no consumo dos agrotóxicos. Isso movimentou um mercado de 7,2 bilhões de dólares, que está concentrado em seis grandes empresas transnacionais: Monsanto, Syngenta, Bayer, Dupont, DowAgrosciens e Basf. Esse “prêmio” fica ainda mais preocupante quando observamos que são usados nas lavouras brasileiras, venenos que são proibidos em diversos países há mais de 20 anos.

Com relação aos problemas à saúde das pessoas, os agrotóxicos são a quarta causa de intoxicações e causam uma série de doenças crônicas, distúrbios neurológicos, problemas reprodutivos e mutações genéticas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano de 2005 ocorreram sete milhões de casos de

intoxicações graves no mundo, das quais resultaram cerca de 70.000 mortes. Essa triste realidade nos revela que a questão dos agrotóxicos não é um tema restrito à produção agrícola. Trata-se de um sério problema de saúde pública, um grave risco ao meio ambiente e um negócio extremamente lucrativo, que encontra suas raízes no modelo de produção.

Diante de uma questão tão complexa, a Via Campesina organizou em setembro de 2010 um momento de estudo e debate sobre o uso dos agrotóxicos. Com representantes de diversos setores e especialistas da área da medicina, nutrição, agronomia, engenharia florestal e direito, o “Seminário Nacional sobre o uso dos Agrotóxicos” culminou com o desafio de estabelecer um processo de denúncia e conscientização em relação a essa séria questão. Foi aí que

nasceu a “Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida”, que conta hoje com cerca de 40 organizações, movimentos sociais, entidades ambientalistas, militantes da saúde, pesquisadores e universidades.

A Campanha tem como objetivos: construir um processo de debate e conscientização da sociedade sobre a ameaça que representam os agrotóxicos, denunciando assim todos os seus efeitos degradantes à saúde e ao meio ambiente; denunciar e responsabilizar as empresas que produzem e comercializam agrotóxicos; pautar na sociedade a necessidade de mudança do atual modelo agrícola que produz comida envenenada; fazer da campanha um espaço de construção de unidade entre ambientalistas, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes, consumidores e todos aqueles que prezam pela produção de um alimento saudável, que respeite o meio ambiente, além de explicitar a necessidade e o potencial que o Brasil tem de produzir alimentos diversificados e saudáveis para todos, em pleno convívio com o meio ambiente, com base em princípios agroecológicos.

Para conseguir alcançar esses objetivos, é fundamental o envolvimento dos mais diversos setores do campo e da cidade, reunidos nos comitês estaduais e municipais da campanha para desenvolver estratégias de como levar esse debate às escolas, às igrejas, às comunidades e criar um processo nacional de luta contra os venenos. Só assim, unindo forças em mutirão, conseguiremos pautar o novo modelo de produção agrícola, baseado em pequenas propriedades, que distribui terra e renda, livre de venenos.

Participe dessa luta em defesa da vida, pela produção sustentável de alimentos saudáveis, contra o modelo de morte do agronegócio!

Foto: João Zinclar



* Secretária Operativa da Via Campesina Brasil. Contatos da campanha: Secretaria Operativa Nacional - contraosagrototoxicos@gmail.com

ARTIGO

A luta contra a destruição do Código Florestal

LUÍS ZARREF*

No último mês de maio, o povo brasileiro viveu um dos maiores avanços de posição do agronegócio na história recente de nosso país. Em um mesmo período os latifundiários dispararam o desmatamento na região amazônica, aumentando em até 400% a área desmatada, reiniciaram uma onda de assassinatos de lideranças camponesas, e aprovaram, na Câmara dos Deputados, a destruição do Código Florestal.

Todas essas ações têm uma profunda relação. Para compreendermos essa relação, é importante entendermos o que é e o que significa essa lei tão importante para o Brasil. Também é fundamental sabermos o que está sendo proposto de mudança, em claro atendimento da pauta justamente desses latifundiários.

O Código Florestal é uma lei de 1965. Apesar de ser do primeiro ano da ditadura militar, ela é fruto de uma conjuntura de muita força dos movimentos sociais e de muito apoio à reforma agrária. Se olharmos bem, podemos ver que ela é uma lei muito mais do que “ambientalista”. Já no seu primeiro artigo ela define que todas as florestas do país são bens de interesse comum. Logo depois, cria o conceito de Reserva Legal (RL), que nada mais é do que a proteção desse interesse em todas as propriedades privadas.

Ou seja, em uma análise mais cuidadosa, o Código Florestal pode ser considerado como um dos pilares da função social da terra. É uma lei que assegura o interesse do povo brasileiro, que deve estar acima dos interesses privados. Portanto, a defesa do Código Florestal é uma defesa das florestas, mas também da reforma agrária e da justiça no campo.

A mudança do Código Florestal é estratégica para os ruralistas. Além de atender as pautas específicas, que estão relatadas abaixo, essa mudança é a abertura da porteira para o avanço do agronegócio. Afinal, se eles conseguem destruir uma lei que tem apelo popular e agrega

forças bastante amplas, não demorarão a ligarem o trator da destruição também para a legislação da reforma agrária e indígena, por exemplo, as quais hoje não possuem o mesmo apelo social que a pauta ambiental.

Dentre as pautas específicas, muitos foram os avanços dos ruralistas. Podemos dividi-los em três grupos. O primeiro reúne as mudanças na Reserva Legal. Pelo projeto aprovado, as RLs poderão ser compostas de até 50% de espécies exóticas, como eucalipto e pinus. Além disso, as propriedades que não tiverem RL poderão compensá-la comprando outra área em qualquer parte do mesmo bioma. Isto é, um latifundiário de Goiás poderá comprar uma área no cerrado do Maranhão e dizer que aquela é a sua RL. Não é difícil prever que as áreas que sofrerão maior pressão são as dos povos tradicionais e da agricultura camponesa, que são muito mais baratas que as dos latifúndios.

Além disso, todas as propriedades com até quatro módulos fiscais estão isentas de recompor sua RL. O que cada propriedade tiver de mata preservada é o que deverá registrar como RL. Além de beneficiar produtores que não são familiares, incluindo aí chacareiros de fim de semana e clubes de campo, por exem-

plo, o projeto aprovado não cria nenhuma “trava” que impeça a divisão de uma grande propriedade em várias pequenas.

Um outro bloco de modificações diz respeito às Áreas de Preservação Permanente (APP's). Essas áreas são de uso restrito porque são frágeis, tais como as beiras de rio, as áreas com inclinação acima de 45 graus, que estão muito sujeitas a deslizamentos, e as nascentes, por exemplo. Como não possuem compromisso com o futuro das áreas onde estão, os ruralistas retiraram a obrigação de recompor essas APP's. Ou seja, o latifundiário que está plantando soja até a beira do rio poderá continuar a sua atividade predatória. Além disso, nas APP's de topo de morro e encostas, poderão ser utilizadas espécies exóticas – mais uma conquista para as papeleiras.

O último bloco reúne uma série de interesses difusos, mas todos das elites. Diminui o tamanho das APPs na beira dos lagos das hidrelétricas, retira as áreas que são utilizadas para a devastadora criação de camarão da definição de APP, e coloca uma anistia a todas as multas e crimes ambientais. Portanto, o projeto aprovado na Câmara dos Deputados é uma colcha de retalhos de todos os interesses dos ruralistas brasileiros. O Código Florestal

se transformará, se assim continuar, no Código Ruralista. Atende desde as demandas dos latifundiários arcaicos, que desmataram tudo e não querem recuperar as áreas e pagar suas multas, até as demandas do agronegócio florestal e da carcinicultura.

Ao vencerem a votação na Câmara por 410 contra 63 votos, os ruralistas tiveram a certeza de que sua impunidade será garantida pelo poder legislativo. É por isso que, na mesma semana, retomaram práticas arcaicas, como o desmatamento via correntão, que é claramente captado por satélites. Querem “consolidar” o máximo de área possível, já que serão anistiados. E é essa completa segurança de que seus crimes serão sempre anistiados que também motivou alguns latifundiários a assassinar importantes lideranças camponesas. É fundamental que todos os movimentos do campo brasileiro se unam com os setores progressistas das cidades para impedir esse avanço de posição do agronegócio. A agricultura familiar e camponesa pode mostrar e comprovar que é sim possível produzir alimentos saudáveis com a conservação das florestas, cerrado, caatinga e mangues. Não podemos deixar que o modelo do agronegócio, de destruição, envenenamento, desmatamento e assassinato, consolide esse cenário de terror para a agricultura e para toda a sociedade brasileira.

Agora o projeto vai para o Senado Federal. Lá será travada outra batalha. Depois o projeto voltará para a Câmara e irá, enfim, para a mesa da Presidenta Dilma Roussef. Portanto, essa será uma luta prolongada, na qual devemos ampliar cada vez mais nossa unidade e força. Um possível veto da Presidenta a esta lei da destruição só ocorrerá se houver grande mobilização social. É hora de mostrarmos que a sociedade brasileira é mais forte que os interesses de uma pequena elite agrária.

Foto: João Ripper



*Engenheiro Florestal e assessor da Via Campesina Brasil.

XXIII ASSEMBLEIA DA CPT

“CPT – pés no presente, olhos no passado, projeto de futuro”

ANTÔNIO CANUTO*

De 6 a 8 de abril, a CPT realizou em Hidrolândia, GO, sua XXIII Assembleia Geral. Todos os 21 regionais do Brasil estavam presentes trazendo suas preocupações e realizações. A Assembleia foi aberta com a recordação de quatro companheiras e um companheiro que, em 2010, nos deixaram: Inês Ethne Gontijo Neiva, do setor de Documentação da Secretaria Nacional, Maria Trindade Gomes Ferreira, do regional Tocantins, Marilene de Jesus Cardoso Matos e Marta Pinto dos Anjos, do regional Bahia e Rob Kler Melo Nepomuceno, do regional Acre. Todos com atuação de longa data na CPT e de inestimáveis serviços aos homens e mulheres do campo.

Uma caminhada pelo Brasil

Cada grande região em que a CPT se organiza montou no amplo espaço da Casa de Retiros São Leopoldo, onde se realizava a assembleia, sua tenda com imagens e objetos, alimentos e bebidas que a identificavam. E na dinâmica de uma longa caminhada pelo Brasil, as grandes regiões foram visitadas. Em cada tenda foi apresentada a realidade, a atuação da CPT e se compartilharam as cruzes e tristezas do caminho, e também as alegrias e vitórias. Ao mesmo tempo se compartilharam os frutos da terra.

Concluindo o processo de avaliação

A Assembleia tinha como principal tarefa a conclusão do processo de avaliação que foi sendo construído nos últimos dois anos. Um documento síntese do processo que recebeu como título “CPT – pés no presente, olhos no passado, projeto de futuro” foi analisado e debatido. O documento fazia

a leitura da realidade vista de diversos ângulos: do modelo de desenvolvimento vigente; dos movimentos sociais; da igreja e da própria CPT. A avaliação concluiu com a reafirmação do caráter pastoral da CPT como sua identidade permanente, e que se fundamenta na Bíblia, Palavra de Deus na vida das comunidades, a partir dos pobres em conflito; na prática e metodologia da educação popular e libertadora; na palavra profética da igreja; e na “fronteira” como lugar teológico onde se revela e se esconde o rosto do Deus da Bíblia e de tantos nomes.

- 3) O protagonismo dos camponeses e camponesas, e dos trabalhadores e trabalhadoras, em busca do fortalecimento do poder popular;
- 4) A luta pela terra e pelos territórios, combatendo o latifúndio e o agronegócio e incorporando a convivência com os diversos biomas e as diversas culturas dos povos que ali vivem e re-

meio rural, que criem novas relações entre pessoas, famílias, comunidades e povos numa perspectiva de solidariedade;

dos e as estratégias de ação a serem implementadas em suas diferentes áreas. O objetivo da CPT, em sua ação **junto às comunidades camponesas**, é que elas sejam fortalecidas em sua identidade, compreendendo os desafios da realidade e as ciladas do modelo atual de desenvolvimento, organizadas e articuladas e atuando com protagonismo na construção de novas práticas e valores que defendem a vida.

Em relação ao Estado, a CPT objetiva que sejam conquistadas leis, regulações e políticas públicas que apoiem a afirmação e autonomia das comunidades e seus territórios, a reforma agrária, e que promovam a permanência na terra com aproveitamento adequado e sustentável de sua capacidade produtiva.

Em sua relação com a sociedade, a CPT almeja que ela esteja consciente dos valores e direitos das populações camponesas e que apoie suas lutas e necessidades.

Ao reafirmar seu caráter pastoral e sua pertença eclesial, o objetivo da CPT **em relação às Igrejas** é o de contribuir no seio das igrejas para que estas, fiéis ao Evangelho, se envolvam e apoiem as comunidades camponesas e suas lutas.

Junto aos movimentos sociais do campo, a CPT incentiva que estes se articulem entre si e atuem em conjunto com os movimentos urbanos para o enfrentamento dos desafios e necessidades das populações camponesas para

que se consigam as mudanças que se buscam. Em síntese, a CPT quer ser um instrumento ágil e adequado para estar presente, acompanhar e apoiar as lutas das comunidades camponesas. Isso por fidelidade à sua missão.



Foto: Cristiane Passos CPT Nacional

E para ser fiel à sua Missão, e tentando responder aos desafios da realidade, a CPT definiu como compromissos básicos na sua atuação:

- 1) A promoção da vida dos seres humanos e do planeta Terra;
- 2) A construção de práticas e valores no

- 3) O enfrentamento ao modelo predador do ambiente e escravizador da vida de pessoas e comunidades.
- 5) Para que estes compromissos se tornem concretos, a avaliação também apontou os objetivos a serem alcança-

*Setor de Comunicação da CPT Nacional.

VIOLÊNCIA

Violência explode no campo

ANTÔNIO CANUTO*

Fazia muito tempo que o campo brasileiro não ocupava tanto espaço na mídia e nos meios políticos brasileiros. Uma série de assassinatos de trabalhadores que começaram no dia 24 de maio, com a morte de um casal de trabalhadores, Maria do Espírito Santo e José Cláudio Ribeiro da Silva, provocou uma comoção nacional e teve repercussão nacional e internacional incomuns. Coincidentemente o casal, que lutava pela preservação ambiental e vinha sofrendo ameaças desde 2001, foi morto no mesmo dia em que a Câmara dos Deputados votava o famigerado Código Florestal, que flexibiliza a legislação de proteção ao meio ambiente. A reação de parte da Bancada Ruralista e de pessoas que estavam nas galerias para acompanhar a votação de votar o anúncio da morte do casal, é uma fotografia bem nítida de como são tratados aqueles que minimamente tentam se opor ao modelo de desenvolvimento vigente, baseado na depredação dos recursos naturais e na exploração do trabalho humano.

Também soaram como muito estranhas afirmativas de representantes de órgãos públicos, de desconhecem as ameaças que pelo menos três dos assassinados vinham recebendo. A repercussão que os assassinatos provocaram, obrigaram o governo a convocar ministros e a anunciar medidas de combate à violência, desengavetando o que Plínio de Arruda Sampaio denominou de “kit massacre”, quando comentou as ações do governo após o assassinato de Irmã Dorothy Stang, em 2005. Segundo ele “o kit massacre” inclui: declarações indignadas do presidente e seus ministros; presença dos ministros da área no local do incidente (se possível acompanhando o enterro); promessa de punição ‘implacável’ aos criminosos; prisão de três ou quatro suspeitos (logo soltos por falta de provas); e anúncio de ‘factóides’ destinados a dar à opinião

pública a impressão de que o governo está agindo energicamente”. Segundo ele, depois que a matéria sai das páginas nobres dos grandes jornais, o “kit” é engavetado até o massacre seguinte.

Nesta lógica, a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, convidou a CPT para uma audiência, no dia 31 de maio, da qual participaram também o ministro interino da justiça, Luis Paulo Barreto, o ouvidor agrário nacional, Gercino Filho, representante da Secretaria Geral da Presidência da República e outros. A ministra externou a vontade expressa da presidenta Dilma de enfrentar a realidade da violência no campo, e de criar um canal permanente de comunicação.

A CPT, por sua vez, entregou à

ministra uma relação das pessoas ameaçadas de morte de 2000 a 2010, dela destacando 42 nomes de pessoas assassinadas neste período e que já haviam recebido ameaças, e outra relação de 165 nomes de pessoas que foram ameaçadas mais de uma vez, 30 delas tendo sofrido, inclusive, tentativa de assassinato. Entregou também a relação dos assassinatos e julgamentos de 1985 a 2010, e ofícios sobre a situação em três áreas de quilombos no Maranhão.

Mas, não são medidas que amenizem a situação de violência que resolvem o problema. As mortes são em decorrência de conflitos e estes pipocam por todo lado, resultado da estrutura fundiária vigente. É preciso atacar as causas geradoras dos conflitos. Os últi-

mos acontecimentos não são algo novo, mas fatos que se repetem todos os anos e que não merecem a devida atenção. O Estado só reage quando estouram na opinião pública nacional e internacional. Iniciativas do governo como a da Concessão de Florestas Públicas, a da Regularização Fundiária da Amazônia, a não efetivação da Reforma Agrária, obras do PAC que atingem comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outras mais e o apoio à expansão da mineração, ampliam o leque das possibilidades de conflitos e de violência.

Foi isso que a CPT disse aos representantes do governo, presentes na audiência, e concluiu afirmando acreditar no diálogo, mas que as ações precisam ser mais que pontuais.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2010

Lançamento em Brasília

No dia 19 de abril, a CPT lançou na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, em Brasília, o seu relatório anual, Conflitos no Campo Brasil 2010. Além do Secretário Geral da CNBB, Dom Dimas Lara Barbosa, estavam presente Dom Augusto Alves da Rocha (ex-presidente da CPT), assessores da CNBB e representantes da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, do CIMI, e dos movimentos do campo, MST, MAB, Via Campesina Sudamérica.

No lançamento foram destacados os seguintes dados:

- crescimento do número de assassinatos, 34, 30% a mais que em 2009, quando foram registrados 26. 30 destes assassinatos ocorreram em conflitos por terra, 02 em conflitos pela água e 02 em conflitos trabalhistas;
- 1.186 conflitos, dois a mais do que em 2009, 1.184. Crescimento devido ao número de conflitos registrados no Nordeste, que passaram de 320, em 2009, para 440, em 2010, um aumento de 37,5%.
- Aumento exponencial dos Conflitos pela Água, que cresceram 93,3%, em relação ao ano de 2009. 87 conflitos, afetando 197.210, em 2010; 45 conflitos, em

2009, 201.675 pessoas. O maior número de conflitos por água já registrado pela CPT desde 2002;

- 65% dos conflitos por terra se concentram na Amazônia Legal;
- 57% das vítimas das ações violentas eram de populações tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, posseiros e outros), 43% atingiram os sem-terra, assentados, pequenos proprietários e outros;
- 204 casos de trabalho escravo envolvendo 4.163 trabalhadores, dos quais 2.914 foram libertados. Em 2009 foram 240 casos, com 6.231 trabalhadores envolvidos, 4.283 libertados. O Sudeste foi a única região do Brasil em que houve aumento no número de casos, de 21, em 2009, para 28 em 2010, um aumento de 33,3%.

Após o lançamento a CPT entregou oficialmente o relatório à Secretaria de Direitos Humanos, em audiência realizada. Também protocolou o relatório nos Ministérios da Justiça, Desenvolvimento Agrário, Minas e Energia e Meio Ambiente e o enviou à Secretaria Geral da Presidência da República.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

CRONOLOGIA

24 de maio - Maria do Espírito Santo da Silva e José Cláudio Ribeiro da Silva são assassinados no Projeto de Assentamento Extrativista, PraiaAlta Piranheira, no município de Nova Ipixuna, sudeste do Pará. O casal foi pioneiro na criação da reserva extrativista do Assentamento PraiaAlta Piranheira no ano de 1997. Devido à riqueza em madeira, a reserva era constantemente invadida por madeireiros e pressionada por fazendeiros que pretendiam expandir a criação de gado no local. Por isso sofriam ameaças. Na relação dos ameaçados de morte elaborada e divulgada pela CPT o nome de José Claudio consta nos relatórios de 2001, 2002 e 2009. E nos relatórios de 2004, 2005 e 2010 constam o nome dele e de sua esposa.

O casal se dirigia de moto para a sede do município. Ao passar por uma ponte em péssimas condições, foram alvejados com vários tiros disparados por pistoleiros que se encontravam de tocaia dentro do mato, na cabeceira da ponte. Os pistoleiros ainda cortaram uma das orelhas de José Cláudio e a levaram como prova do crime.

Maria do Espírito Santo havia participado do III Congresso da CPT, em Montes Claros-MG, no ano passado.

27 de maio - Adelino Ramos, conhecido como Dinho, sobrevivente do Massacre de Corumbiara, (agosto de 1995), foi assassinado em Vista Alegre do Abunã, na região da Ponta de Abunã, município de Porto Velho (RO), enquanto vendia verduras. Foi morto por um motoqueiro, próximo ao carro da família onde estavam sua esposa e duas filhas.

Dinho denunciava a ação de madeireiros na região da fronteira entre os estados de Acre, Amazônia e Rondônia e reivindicava a criação de um assentamento. No início de maio, o Ibama iniciou uma operação com apreensão de madeira

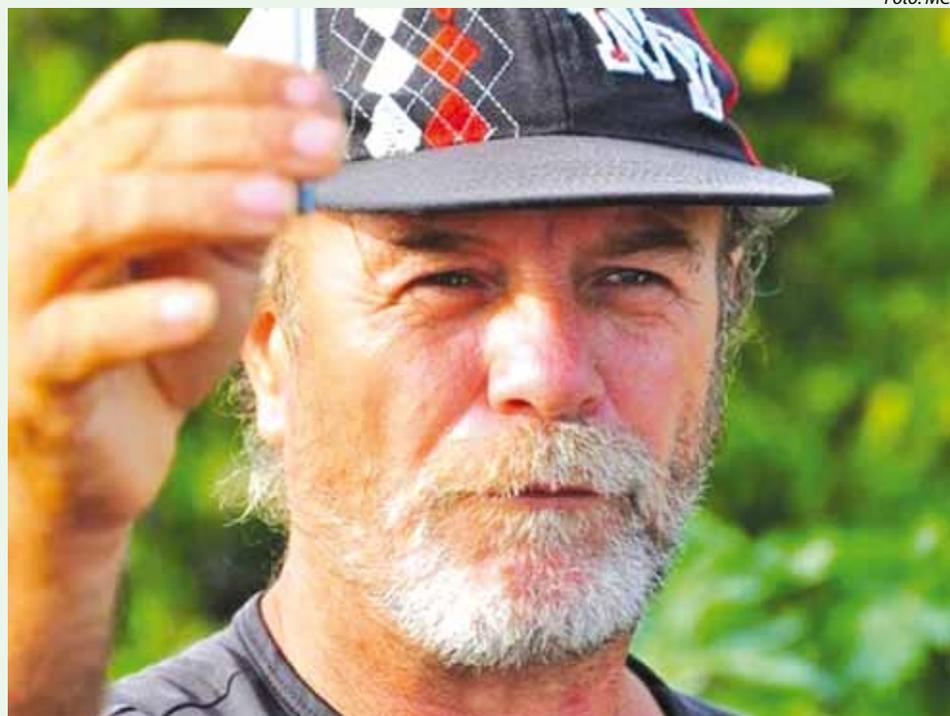


Foto: MCC

e cabeças de gado em áreas de preservação. Esse talvez tenha sido o motivo de sua morte. Dinho vinha sendo ameaçado há anos e em reunião realizada em julho do ano passado em Manaus (AM), com o ouvidor agrário nacional, Gercino Silva, denunciou as ameaças contra sua vida e o risco que corria. Dinho foi líder do Movimento Camponês de Corumbiara. Constatava da lista dos ameaçados de morte, divulgada pela CPT, em 2009.

27 de maio - O sindicalista Almirandi Pereira Costa, vice-presidente da associação quilombola de Charco, município de São Vicente Ferrer, MA, sofreu tentativa de assassinato. Ao chegar em casa depois de uma reunião no quilombo Charco, um carro parou em frente à casa e foram feitos três disparos. Almirandi está na luta pela titulação do território quilombola do Charco.

28 de maio - O assentado Herenilton Pereira dos Santos, do assentamento PraiaAlta Piranheira, Nova Ipixuna, PA, foi encontrado morto a uns

ram nos ambientalistas e, por isso, também foi morto.

28 de maio - Pe. Rosécio Santana, Zezão, da Prelazia de São Félix do Araguaia, MT, recebe uma ligação em que uma voz feminina lhe pergunta se havia visto pela televisão o que aconteceu com o casal no Pará e se ele queria que acontecesse o mesmo com ele e o outro padre (Pe. Paulo César Moreira Santos, companheiro de Zezão, e coordenador da CPT do Mato Grosso). Pediu para que parassem de mexer com o povo da mata (uma área de Reserva Legal do Projeto de Assentamento Bordolândia e que está ocupada irregularmente). No dia anterior, 27 de maio, um vereador disse ao padre Paulo César, que o Superintendente do INCRA teria afirmado que existiam várias denúncias contra o grupo da reserva, feitas pelo bispo Pedro Casaldáliga e pelos padres de Serra Nova Dourada. No mesmo dia, o prefeito da cidade fez um discurso violento, acu-

Foto: CPT Tucuruí



DA VIOLÊNCIA

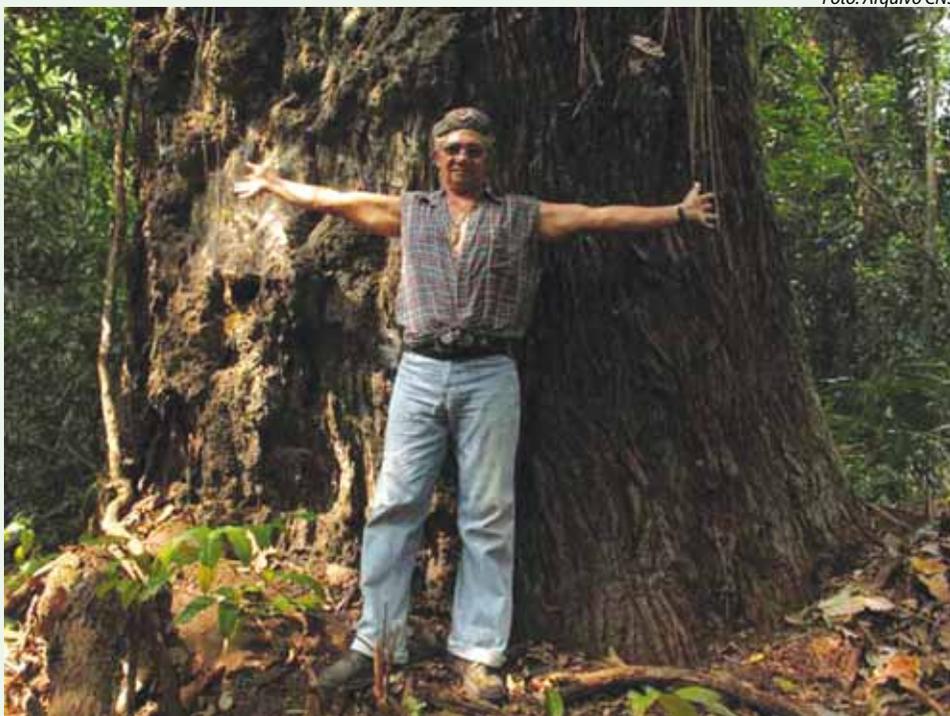


Foto: Arquivo CNS

sando os padres pelas denúncias contra o grupo que ocupava a reserva.

28 de maio - Ameaças no Quilombo Brejo dos Crioulos, localizado nos municípios de Varzelândia, São João da Ponte e Verdelândia, norte do Estado de Minas Gerais, inclusive com disparos de tiros. Em novembro de 2010, 300 famílias quilombolas haviam ocupado três fazendas de Raul Ardito Lerário, empresário de Pindamonhangaba, SP. No dia 6 de maio estas famílias foram despejadas pela PM de Minas. Depois desse despejo vários pistoleiros circulam pelas comunidades fazendo ameaças.

01 de junho - Na noite de 1 para 2 de junho, disparos de arma de fogo geram terror entre os assentados do P.A. Santo Antonio Bom Sossego e no Acampamento Vitória, em Palmeirante, TO. Há rumores de que os pistoleiros estão tramando a morte de cinco trabalhadores do assentamento e do acampamento: Noginel Batista Vieira, Valdeni da Silva Medeiros e Raimundo Nonato, assentados no P.A. Santo Antonio Bom Sossego e José Valdir Muniz e Divino de Jesus

Vieira, acampados no Acampamento Vitória.

2 de junho - É assassinado Marcos Gomes, por homens encapuzados na zona rural de Eldorado dos Carajás, no Pará. Na tarde do dia anterior, quando construía uma ponte perto de onde morava, foi alvejado por tiros, mas conseguiu fugir e se esconder. Ao ser transportado para a cidade, a estrada estava bloqueada e os pistoleiros retiraram Marcos do carro e o mataram. Ainda deceparam sua orelha. Não se sabe os reais motivos deste crime, mas não se pode descartar de antemão ser por conflito agrário.

03 de junho - um homem liga para o celular do Cosme Capistrano da Silva, agente da CPT de Boca do Acre e lhe diz: “estou ligando pra você avisar pros seus amigos da CPT que morreu gente no Pará e Rondônia, e agora vai ser no Amazonas e no Acre.”

08 de junho - uma ligação para a sede da CPT Acre dá o seguinte recado: “você diga praquela seu amiguinho Cos-

me lá de Boca do Acre e aquela sua amiguinha Darlene (Maria Darlene Braga Martins, coordenadora do regional Acre) que eles estão na lista”.

01 a 12 de junho - Quilombolas de diversas regiões do estado do Maranhão acampam em uma praça em São Luís, no dia 1º, e no dia 3 ocupam o Incra exigindo solução para seus territórios. Durante o acampamento levantaram o nome de 59 quilombolas ameaçados de morte e iniciaram, no dia 9, uma greve de fome exigindo a presença da ministra dos Direitos Humanos. Com a garantia de que a ministra iria ao Maranhão, foi suspensa no dia 10 a greve e a ocupação do Incra. No final desta semana, a sede da CPT Maranhão foi arrombada e os objetos todos remexidos, mas nada foi levado. Um sinal de alerta para a CPT.

11 de junho - é encontrado o corpo do trabalhador rural Obede Loyola Souza, no acampamento Esperança, município de Pacajá, PA. Ao que tudo indica, foi executado dois dias antes com um tiro de espingarda dentro do ouvido. No começo do ano, ele havia discutido com representantes dos madeireiros, que estavam extraíndo madeira de forma ilegal, principalmente castanheira, que é proibido por

ANTÔNIO CANUTO

lei, e por estarem deixando as estradas de acesso ao Acampamento Esperança e aos Assentamentos da região, intrafegáveis nesse período de chuvas.

No contexto de todas estas ameaças e violência está o caso de Nilcilene Miguel de Lima, agricultora familiar, assentada pelo INCRA, e presidente da ADP - Associação “Deus Proverá” do sul de Lábrea, AM. Desde 10 de maio, quando um pistoleiro disse a uma sobrinha de Nilcilene que iria matá-la, ela está escondida. A camponesa começou a sofrer ameaças depois que, no ano passado, o Ibama apreendeu motosserras e vários mognos derrubados. Os madeireiros acusam a líder de ser responsável pela denúncia ao Ibama. No dia 04 de junho de 2010, foi espancada violentamente. Cópias dos depoimentos que Nilcilene prestou na Delegacia de Polícia e na Promotoria de Lábrea estão circulando entre os madeireiros.

Na mesma área estão, também, ameaçados Raimundo Alexandrino de Oliveira (esposo de Nilcilene), Carlos Roberto Rufato, membro da Diretoria da Associação Deus Proverá e Felicidade Araujo da Silva, seringueira, moradora tradicional da região, expulsa a bala por pistoleiros da área que ocupava. Todos estes nomes constam da lista de ameaçados de morte de 2010, divulgada pela CPT.

CPT na mídia

Nesses dias de conflito e violência intensa, a CPT se tornou fonte principal de informações e dados sobre os conflitos no campo no Brasil. Seu trabalho de documentação e catalogação dessas informações, já reconhecido em boa parte do mundo, contribuiu para grande parte das matérias e reportagens feitas sobre os seis trabalhadores e trabalhadoras assassinados e sobre os ameaçados de morte. A CPT fez com que a realidade do povo do campo no Brasil ecoasse no mundo através, entre outros, de veículos como New York Times, The Guardian, El Pais, BBC de Londres, Rádio Vaticano, Revista Caros Amigos, Carta Capital, Estadão, Folha de São Paulo, Jornal Nacional da Globo, TV Câmara, Canal Futura, Globo News, TV Pública da Alemanha, Al Jazeera, e em centenas de outros em várias partes do mundo, tanto rádios, quanto televisões, tanto em programação a cabo quanto em rede aberta, e portais na internet.

ARTIGO

Um exemplo do descaso com a Reforma Agrária

Foto: João Ripper

JOSÉ BATISTA AFONSO*

Se em nível nacional os resultados da política de reforma agrária na Era Lula foram ruins, na área de abrangência do Incra Marabá, foram ainda piores. A Superintendência (SR27) foi criada em 1997, no contexto do Massacre de Eldorado dos Carajás, com o objetivo de acelerar a reforma agrária na região mais conflituosa do país. Até aquele ano, a CPT já contabilizava mais de 500 assassinatos de trabalhadores rurais e lideranças sindicais em decorrência dos conflitos pela terra. Nos seis anos da Era FHC (1997-2002), pressionado pelas constantes ações dos movimentos sociais do campo, o Incra desapropriou/arrecadou 1.587.185 hectares de terra na região; criou 245 projetos de assentamento e “assentou” 38.295 famílias. Uma média de 6.382 famílias assentadas por ano. Na avaliação dos movimentos sociais, um desempenho muito aquém das demandas regionais, considerando o grande número de famílias sem terra em acampamentos e ocupações e por ser um governo sem compromisso com a reforma agrária.

No início do governo Lula houve um aumento das expectativas sobre a possibilidade de maiores avanços nas ações de reforma agrária no sul e sudeste do Pará. Concluídos os oito anos de mandato, a avaliação da atuação do Incra Marabá não podia ser pior. O órgão fundiário desapropriou/arrecadou 771.704 ha de terra; criou 133 assentamentos e “assentou” apenas 13.185 famílias. Uma média de 1.648 famílias por ano. Pésimo desempenho para um governo “popular”. Nos últimos quatro anos do governo Lula foram criados apenas 18 Projetos de Assentamento, e assentadas 1.575 famílias no sul e sudeste do Pará. Uma média de 393 famílias por ano. Resultado vergonhoso que atesta a total falência da reforma agrária na região. É preciso esclarecer que o número maior (mas irrisório) de assentados no período do primeiro mandato (2003-2006) se deu em razão do Incra Marabá ter priorizado o assentamento de famílias nos municípios onde avança a fronteira do desmatamento. 50% das famílias assentadas nesse período, o foram nos municípios



de Pacajá, São Félix do Xingu e Santana do Araguaia. Centenas de famílias foram jogadas no meio da mata, a dezenas de quilômetros da sede desses municípios. Sem estrada e sem apoio por parte do órgão e castigadas pela malária, as famílias acabaram ficando reféns de madeireiros e obrigadas a devastar a floresta para fazer plantio. O desgaste com as inúmeras mortes de trabalhadores e com a devastação da floresta nativa, levou o Incra a paralisar a ação. Com isso, a partir de 2007, o número de assentados desabou.

O fracasso total na área de assentamento de novas famílias poderia ser justificado se as ações e os recursos financeiros tivessem sido direcionados para as áreas onde as famílias já estão assentadas. Mas, infelizmente, isso também não ocorreu. Nos últimos quatro anos, a maior cooperativa que presta serviços de assessoria técnica aos assentados na região sudeste (Coopserviços) quase fechou as portas, devido à não liberação de recursos por parte do Incra. No período, conseguiu elaborar pouco mais de 100 projetos produtivos, modalidade Pronaf,

para os assentados, sendo que nos quatro anos anteriores chegou a elaborar cerca de cinco mil projetos. Com o Pronera (Programa Nacional de Educação em Áreas da Reforma Agrária) foi da mesma forma. Só não parou de funcionar nos últimos anos graças ao esforço da Universidade Federal do Pará (UFPA) e dos Movimentos Sociais.

A situação não é ainda pior porque muitos servidores concursados, que exercem cargos de chefia, acabam chamando para si a responsabilidade de não deixar parar algumas ações prioritárias. Mas, a situação chegou a um limite que vários deles já colocaram seus cargos à disposição. Alguns procuradores, com excelente desempenho, solicitaram transferência para outras autarquias ou Superintendências por não suportarem mais tal situação. Enquanto isso os conflitos vão se arrastando. Grande parte das famílias em acampamentos vem da Era FHC, passaram por toda a Era Lula e entraram na Era Dilma sem que o conflito fosse solucionado. Hoje, na região, existem cerca de 130 imóveis ocupados

por, aproximadamente, 25 mil famílias à espera de uma solução. A morosidade agrava os conflitos, de 2003 a 2010 foram assassinados 125 trabalhadores rurais no Pará, mais de 70% dos casos ocorreram nas regiões sul e sudeste. O péssimo desempenho do Incra Marabá, principalmente, nos últimos quatro anos, coincide com o governo Ana Júlia Carepa no Pará e mostra que a contribuição do governo do estado nessa questão foi praticamente nula. O único efeito sentido é que grande parte das lideranças de alguns movimentos sociais e sindicais foram atraídas para o governo, com isso, a capacidade de fazer pressão ao órgão fundiário diminuiu. Sem a pressão dos movimentos e com o órgão totalmente controlado para fins eleitorais, as políticas de reforma agrária foram para o fundo do poço.

O advogado da CPT Marabá, PA, em fevereiro deste ano, escreveu três artigos publicados em jornais locais. Neste momento em que os assassinatos na região ganharam repercussão nacional e internacional, a análise que Batista fez sobre a reforma agrária no Sul e Sudeste do Pará ajuda a entender a situação.

MÁRTIR

Josimo: 25 anos de presença e força

ALBERTO DA SILVA MOREIRA*

Escrever sobre Josimo é para mim duplamente difícil. Difícil, primeiro, porque me enche de dor. Volto a ler os poemas e cartas que ele me enviou, o relato do Pe. Ricardo Rezende sobre o covarde assassinato, os recortes de maio de 1986 com as folhas amareladas pelo tempo, as fotos antigas, Dona Olinda e os companheiros, as páginas do meu próprio diário naquele mês fatídico. Josimo era colega de estudos, irmão de sacerdócio e companheiro de lutas no antigo regional Araguaia-Tocantins, da Comissão Pastoral da Terra. No dia de sua morte eu estava em Münster, na Alemanha. No correio, naquela fria manhã de sábado, ao tentar passar um telegrama de protesto e revolta ao maranhense presidente Sarney, eu chorava e tremia tanto que achei que não iria conseguir. Sentimentos que o tempo não apaga e o coração não substitui. Em segundo lugar não é fácil escrever sobre ele, porque Josimo tornou-se maior do que a pessoa histórica de Josimo Moraes Tavares. Sua morte, de fato, não acabou com ele. Josimo ultrapassou-

-se, transbordou de si, reviveu. De uma forma, para mim, impressionante, continua vivo, não só nas centenas de acampamentos, escolas, igrejas, comunidades, bairros, capelas, cursos, instituições, iniciativas e até em crianças que levam seu nome. Continua vivo sobretudo na vida das pessoas, está presente de verdade em suas lutas, em seus trabalhos cotidianos, em suas celebrações, em sua espiritualidade.

Morto, continua movendo a história, enquanto tantos vivos meio-mortos vão a reboque dela. Ausente, parece ainda mais próximo, mais entranhado na lembrança dos lavradores, mais presente nas lutas da CPT, tanto nas horas escuras como nos momentos de festa. Sempre achei que a chave para entender o caminho de Josimo, caminho que ele seguiu com simplicidade e coragem até o fim, é a imensa capacidade de amar que só as pessoas verdadeiramente livres possuem. Josimo não queria ser herói ou mártir – e sem dúvida tornou-se as duas coisas. Ele simplesmente “amou até o fim”; o que fez e viveu, viveu e fez porque amou radicalmente a Deus, aos lavradores, aos pobres

da terra, a todos nós, homens e mulheres que tivemos a graça de compartilhar com ele um trecho do caminho. Sua capacidade de doação foi tamanha que não há ninguém que não o entenda, que não o admire, que não se sinta atraído e fascinado, não sem certo temor e tremor, por esse modo de ser do despojamento radical. Será Josimo um santo? “Apenas um homem”, escreveu Pedro Tierra. Um homem que “lutou contra todas as cercas...”. Que profunda sabedoria. A Comissão Pastoral da Terra, enquanto existir, vai guardar e meditar o seu legado. Como também o de Dorothy, o de Adelaide, Expedito, Sebastião e de tantos outros heróis e santos. Pois essa forma de ser não animou apenas a vida de Josimo. Hoje também, na CPT e fora dela, nos movimentos sociais, nas associações, lares, sindicatos e em todo tipo de voluntariado, são muitos os Josimos, com a mesma alma, alentados pelo mesmo espírito. Afinal, não é a prova do martírio que consagra o santo, é a intensidade do seu amar, que suporta até o martírio quando este se apresenta.

Nossa Igreja, receosa de que a ju-

ventude fique sem modelos para a imitação, se apressa em santificar anciãos. Mas alguns deles já tiveram em vida sua recompensa. Santificasse antes os Josimos, os Romeros de América, que sob perseguição e calúnia, mas cheios de jovialidade e despojamento, deram de si no curto tempo da vida o máximo que podiam. Aliás, até disso a humana santidade de Josimo nos liberta: da pieguice autocomplacente e das grandes liturgias do poder sagrado.

Alguém pergunta: mudou alguma coisa no Bico do Papagaio desde então? O que mudou? Se nada tiver mudado isto significaria que a luta do povo e o sacrifício de Josimo foram em vão e não valeram à pena? Certamente que não. É longa a estrada e estreito o caminho que conduz ao Reino. Aos verdadeiros discípulos não foi dado o consolo fácil de saber quando e onde; não lhes foi concedido justificar o esforço da luta pela teologia enganosa da vitória. Seu alento é tocar em frente, fazendo da fragilidade a sua força, buscando por entre a névoa encontrar e seguir os passos do Mestre. Como fez Josimo.

O Bico do Papagaio hoje**

Hoje a região do Bico continua se distinguindo das demais pela pujança de suas organizações populares e do movimento social. Das lutas de resistência à grilagem dos anos 80-90, resultou a constituição nos 11 municípios da região, de 77 assentamentos de reforma agrária, com 4309 famílias assentadas pelo INCRA, além de alguns outros assentamentos estaduais. Hoje há quatro acampamentos de sem-terra com cerca de 500 famílias. As famílias assentadas, em geral, vivem bem, ou pelo menos bem melhor

que antes. Além de terem conquistado a terra, se envolveram em processos de formação de manejo do ambiente e de diversificação da produção, na linha da agroecologia e da cooperação. Formação dada por técnicos da APA-TO (Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins), ONG criada por sindicalistas e agentes da CPT.

Um traço forte do Bico é a forte participação da mulher nos processos de resistência, de organização e de mobilização. Mas a grande preocupação é com os jovens, filhos e filhas das

gerações de lutadores. Ainda há espaço para eles nos sindicatos, na Pastoral da Juventude Rural e está em fase final de construção uma Escola Família Agrícola (EFA), em Esperantina. Mas os apelos de consumo que invadem os lares, aliados à falta de empregos e de melhores condições de vida, atraem os jovens em direção aos grandes centros urbanos: Imperatriz, Araguaína, Goiânia e, no período recente, São Paulo. Outra séria inquietação na região, onde o agronegócio avança com toda a velocidade, é com os impactos de-

vastadores da construção de novas barragens nos rios Tocantins e possivelmente Araguaia, e com o crescimento rápido do pólo siderúrgico de Marabá.

Quanto à CPT ela manteve-se atuante todos estes anos, à despeito de ventos contrários soprados nas Igrejas locais, e de se ver obrigada a reduzir o número de seus agentes com dedicação integral, por diversos fatores. Mas em sua fragilidade, com alegria e esperança continua a caminhar nos rastros de Josimo.

CONFLITO TRABALHISTA

Conflitos no canteiro de obras da UHE de Jirau

Na segunda quinzena de março, o país acompanhou pela grande imprensa o campo de guerra em que se transformou o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Jirau, em Porto Velho, Rondônia. Uma manifestação de trabalhadores da obra por melhores condições de trabalho e salário acabou se transformando em um conflito de dimensão inimaginável.

CRISTIANE PASSOS*

Em entrevista ao jornal Pastoral da Terra, a agente da CPT em Rondônia, Maria Ozania da Silva, irmã scalabriniana, contou o que realmente aconteceu naqueles dias, o que antecedeu a greve e como a imagem repetitiva dos veículos de comunicação, que transformavam os trabalhadores em bandidos, afetou essas pessoas.

Pastoral da Terra – Irmã, fale um pouco do conflito envolvendo os trabalhadores da usina de Jirau, em meados de março desse ano, um pouco dos antecedentes deste conflito e das imagens que vimos na TV.

Maria Ozania – Nós, como Pastoral do Migrante, já que além de fazer parte da CPT em Rondônia, eu também faço parte da Pastoral do Migrante, já acompanhávamos há dois anos os trabalhadores daquela obra, fazendo visitas ao canteiro pelo menos duas vezes ao mês. Nessas visitas escutávamos muitas reclamações dos trabalhadores que estavam ali. Desde agosto do ano passado havia uma insatisfação muito grande. A gente percebia que a qualquer momento poderia acontecer algo sério. Eles próprios vinham e contavam que saíam para trabalhar e levavam seus documentos, pois sabiam que poderiam voltar do trabalho, chegar ao alojamento e não ter mais nada. Desde o final do ano as horas extras não estavam sendo pagas. Eles tinham uma pauta extensa de reivindicações, uma delas era a diminuição do intervalo de visitas às famílias, que era permitida de quatro em quatro meses, podendo permanecer somente por 10 dias em suas regiões. Os trabalhadores pediam para que esse intervalo diminuísse para três em três meses, já que alguns chegavam a gastar entre a viagem de ida e volta, cerca de sete dias. Outra reivindicação era a existência de um ambulatório, com me-

dicamentos e um médico que os acompanhasse. A alimentação estava muito ruim também. O que se ouvia ali, dos responsáveis da obra, todo o tempo, era “contenção de gastos”. Isso acabou frustrando os trabalhadores, pois chegava o fim do mês e eles não recebiam aquilo que foi combinado. A greve estava já articulada nesse sentido, e, na verdade, era uma pauta muito justa de reivindicações, mas, infelizmente, isso tudo foi muito deturpado pela mídia



Porto Velho - canteiro de obras da UHE de Jirau

nacional e pelos próprios veículos de comunicação locais, tanto é que a gente viu no estado que a mídia tentou jogar a população contra os trabalhadores. A cidade de Porto Velho viveu um clima de pânico nesses dias. O comércio e os mercados fecharam as portas. E os trabalhadores, muito chateados nos diziam, “poxa, somos só operários buscando o sustento das nossas famílias, não somos bandidos”.

Pastoral da Terra – E os trabalha-

dores, antes dessa greve, haviam tentado conversar com a empresa alguma vez, para tentar negociar essas insatisfações?

Maria Ozania – Sim, eles reclamavam muito e diziam que conversa não existia lá dentro. Dentro do canteiro de obras havia uma separação muito grande entre os operários e os que possuíam cargos um pouco mais altos, que seriam a equipe de direção. Eles tentaram conversar sim, mas não marcaram reunião, não

tas sem a mesma triagem que fizeram no início, o que acabou ocasionando complicações internas. Havia também, dentro do canteiro, o problema do tráfico de drogas, facilitado pela proximidade com a Bolívia. Esse conjunto de fatores contribuiu para que as coisas fossem perdendo o controle, e os conflitos se acirrando.

Pastoral da Terra - Houve alguns boatos de disputa de sindicatos que atuavam junto aos trabalhadores. Houve isso mesmo, eles acabaram organizando a greve sozinhos ou tinha algum movimento social colaborando e até algum desses sindicatos?

Maria Ozania - Na verdade, eles conversavam entre eles para fazer a articulação. A briga entre sindicatos existe, é visível e quem acaba perdendo nessa história são os trabalhadores. Mas essa informação não tem como a gente dizer se é real ou não. A direção do sindicato da construção civil em Rondônia foi trocada ano passado, pensamos que as coisas mudariam e a nova coordenação seria mais presente, mas ainda não vimos mudanças significativas, e os trabalhadores não confiam neles e nem na CUT. Apesar de a CUT estar mais próxima deles, ter ajudado em outros momentos de greve, os trabalhadores criticam muito a forma de a CUT conduzir as coisas. Houve

muito descontentamento na forma como uma outra greve já realizada foi conduzida pela CUT, e como os trabalhadores não tinham acesso às informações, não sabiam do resultado das negociações em que a CUT era a intermediadora.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Foto: Cristiane Passos CPT Nacional



Argentina: Zona livre de agrotóxicos na província de Santa Fé

CRISTIANE PASSOS*

Duas grandes boas notícias nos chegam da Argentina. Duas sentenças judiciais que atendem os direitos dos mais pobres. A primeira relativa à pulverização de agrotóxicos próximo à área urbana, e a segunda à exploração de petróleo em área indígena. É gratificante conhecer.

Ailén, uma criança de apenas cinco dias, sofreu sua primeira intoxicação por agrotóxicos, e começou seu calvário: médicos, internações, análises laboratoriais, permanentes faltas de ar, desmaios e coquetéis de medicamentos para poder respirar. Ela morava no bairro Urquiza, na periferia de São Jorge, cidade de 25 mil habitantes situada a 144 quilômetros da capital provincial de Santa Fé, Argentina. Uma região onde a produção de soja é predominante.

Em março de 2009, a mãe de Ailén, Viviana Peralta, dona de casa, junto com outros moradores do bairro Urquiza e o Centro de Protección a la Naturaleza (Cepronat), entraram na justiça com uma ação de amparo, pedindo que se privilegie a saúde das crianças antes que o agronegócio. O juiz aceitou a ação e ordenou a imedia-

ta suspensão das pulverizações de agrotóxicos nas adjacências da área urbana da cidade. Os produtores de soja, a administração municipal e o governo da província de Santa Fé, através do Ministério da Produção, apelaram da sentença. Em dezembro de 2009, em segunda instância, a Câmara de Apelações Cível e Comercial de Santa Fé manteve a proibição e deu um passo inédito: ordenou que o governo de Santa Fé e a Universidad Nacional del Litoral (UNL) demonstrem que os agrotóxicos não são prejudiciais a saúde. Dessa forma, pela primeira vez, inverteu-se o ônus da prova: era regra que os moradores e camponeses intoxicados tivessem que provar ter sido afetados pelos agrotóxicos. Agora são os defensores do modelo do agronegócio que têm que demonstrar a inocuidade dos agrotóxicos.

No dia 21 de fevereiro desse ano, a Justiça de Santa Fé, num novo julgamento, decidiu resumir sua resolução judicial numa frase: “Resolvo acolher a proi-



Foto: Cristiane Passos CPT Nacional

bição imposta na causa”. Uma decisão, em linguagem jurídica, que estabelece a total proibição de pulverizar a menos de 800 metros de residências familiares (se o método utilizado for terrestre), e 1500 metros (se a aspersão for feita através de aviões agrícolas). A medida vale para o bairro Urquiza, na periferia de San Jorge.

É o primeiro caso no país, em que com uma sentença firme, a justiça proíbe as pulverizações para proteger a saúde. O processo judicial, que marca a jurisprudência para centenas de denúncias em todo o país, invoca o princípio de precaução, questiona o glifosato (pilar do cultivo da soja) e aponta um modelo agropecuário baseado em agroquímicos. Novas representações judiciais estão sendo anunciadas em centenas de localidades afetadas pelas pulverizações. A mãe de Ailén lembra: “Diziam-me que estava louca, mas desde que freamos as pulverizações nossos filhos deixaram de ficar doentes”.

Na Patagônia argentina, petroleira é obrigada a pedir autorização a mapuches

A Justiça de Neuquén, na Patagônia argentina, deu um grande passo na defesa dos territórios e da cultura indígena. A sentença, a primeira do seu tipo na província, condenou a petroleira Piedra del Aguila por ter entrado em território indígena e explorado suas riquezas naturais sem o consentimento da comunidade mapuche Wentru Trawel Leufu (Homens do Rio Reunidos). Em janeiro de 2007, o governo neuquino outorgou à petroleira Piedra del Aguila a concessão de 3.800 hectares na região do Picún Leufú, no centro da província. No local vive desde meados do século passado a comunidade Wentru Trawel Leufu. No final de 2007, a empresa chegou até o local e exigiu di-

reitos sobre a terra, mas a comunidade proibiu sua entrada. Em julho de 2008, a petroleira voltou com nova estratégia. Ofereceu dinheiro para obter permissões de exploração e extração. “A atividade petroleira é oposta à nossa forma de vida. Não autorizamos”, foi a resposta unânime da comunidade. A petroleira entrou à força no território mapuche, atacou membros da comunidade e contratou 40 pessoas que reprimiram as famílias indígenas, mataram quase uma centena de animais, incendiaram duas moradias e um veículo, e iniciaram um processo de pressão contínua para expulsar a comunidade de sua terra.

Começou, também, forte campanha

local e estadual para responsabilizar os mapuches por travarem supostos investimentos na região que, segundo argumentos da companhia, implicariam em benefícios para o povo e postos de trabalho. Em 24 horas, após o pedido da empresa, a juíza baixou uma medida cautelar pela qual ordenou aos membros da comunidade que se abstivessem de impedir as tarefas da petroleira. A defesa denunciou que não se levou em conta a legislação indígena. Agora, depois de três anos, o Tribunal Civil 2 de Cutral-Có negou o pedido da empresa e priorizou o direito indígena. Segundo o diretor do Observatório de Direitos Humanos de Povos Indígenas (Odhipi), Juan Manuel Salgado, “reconhece-se a comunidade

e reconhece-se o território comunitário e seu caráter constitucional. Afirma que a posse comunitária dos povos indígenas não é a posse individual do Código Civil que se baseia na preexistência ao Estado”. A sentença foi anunciada em fevereiro desse ano, e não diz se a empresa deve ser retirada do local, mas deixa claro que não podem ser realizadas tarefas de exploração sem prévia consulta e participação da comunidade. “A Justiça deu-nos a razão, agora será o povo mapuche mobilizado, que impedirá que explorem e contaminem nosso território”, anunciou Juan Carlos Curruhuinca, da comunidade mapuche.

* Setor de Comunicação da CPT Nacional.

REFLEXÕES BÍBLICAS

Esforço para construir uma sociedade igualitária

SANDRO GALLAZZI*

Não vamos aprofundar aqui quais foram as características do projeto dos hebreus quando conseguiram recuperar a terra dos “latifundiários” de Canaã, porque não podemos copiar estes modelos e também eles não conseguiram construir o paraíso. Tiveram muitos problemas. Vamos atentar somente para alguns indicadores que nos mostram o esforço de implantar mecanismos de defesa contra o surgimento da opressão. O livro dos Juizes nos conta um pouco sobre os modos de convivência que tinham.

A. A organização política

Não tiveram reis, nem exército fixo. A organização popular básica era a tribo, com um conselho de anciãos que administrava a convivência e seus problemas. Às vezes, nas horas maiores de festa, ou por lutar na defesa de sua terra, as diferentes tribos, sobretudo as do norte, se uniam solidariamente sob a direção de um Juiz, assim chamado por restabelecer o “direito” do povo. Talvez justiceiro, mais que juiz. Esta figura podia ser temporária ou permanente, mas sempre era carismática. A legislação sempre se preocupava em garantir o direito dos mais fracos e de corrigir desvios que provocassem opressão.

B. A organização econômica

A base econômica era a distribuição da terra para todas as casas das tribos. O direito a terra não podia ser retirado por ninguém e nem por nada. A propriedade tribal da terra não podia ser reduzida. Também deviam ser garantidos os direitos dos que não podiam possuir a terra, como o “estrangeiro residente” e o levita. O armazém não fazia parte desta estrutura, com o sentido de acumulação ou de comercialização. Mas as diferentes condições das terras provocaram diferentes níveis de produção e de riqueza. Esta é uma semente da mudança futura.



C. A organização sócio-cultural

A base social era a tribo e dentro dela, a casa, a herança do clã. Ela era responsável pela manutenção da vida das pessoas. Órfãos e viúvas que não tinham proteção total de suas casas, tinham direito à proteção e à solidariedade da tribo. A festa era um momento básico desta convivência,

ter terra, numa sociedade rural, significava depender da contribuição dos que a tinham, dos agricultores. Dependiam das festas, das oferendas espontâneas do povo. Isso era necessário para garantir que eles seriam os portadores da memória de Javé dos pobres, sempre. Por isso, deviam ser pobres.

Quando se matavam as ovelhas nas grandes festas, vemos na Bíblia a preocupação de dizer que, na hora de comer o animal, a parte do sacerdote não é o filé; as partes do sacerdote são a cabeça, o estômago e as entranhas, isto é, as partes mais sem valor. A melhor parte do animal pertence ao povo. Mais tarde, sob o controle do templo, esta lei mudou e aos sacerdotes se lhes darão o coxão mole e as costelas.

De qualquer forma, era preocupação de todos manter o que se costumava chamar de sociedade igualitária. Não era perfeita, havia muitos problemas, havia muitas tensões, sobretudo na relação entre as tribos, às vezes precária, e em sua estrutura patriarcal. Mas era um esforço conjunto em busca de uma sociedade igualitária, na qual poderia haver pobres, mas não deviam existir oprimidos.

Este é o serviço, o culto agradável a Javé.

Uma mudança para pior

Esta organização durou mais ou menos cento e cinquenta anos. Não é pouco, é um longo espaço de tempo. Mas depois tudo mudou. Por quê? Ainda sem poder aprofundar um assunto tão importante, devemos dizer que não foi uma causa só, repentina, que provocou a mudança. Foi um conjunto de fatores que, como cupins, começaram a corroer a estrutura da casa por dentro, sem que ninguém se apercebesse. Quando chegou uma tempestade, a casa caiu por sua debilidade interna.

Sobre isso vamos conversar na próxima edição.

quando a vida do campo - com seus ritmos de produção, de colheita, de vindima - se tornava ocasião de encontro, de celebração da memória, de retomar o compromisso e de queimar o excedente do campo ao longo dos vários dias de festa. (Muitas páginas da Bíblia tiveram sua origem nestas festas).

Os levitas, que manuseavam o sagrado, eram proibidos de possuir terras; e não

* Agente da CPT Amapá.

EXPERIÊNCIA

CPT São Paulo: a força que nasce da fragilidade

PE. SEVERINO DINIZ*

No dia 21 de agosto próximo, no município de Santo Antônio de Posse, SP, o regional da CPT São Paulo vai realizar sua 13ª Romaria da Terra e das Águas com o lema: “Um grito de dor, Um clamor por justiça”. Esta Romaria busca tornar pública uma realidade que se estende por 37 anos. De 1974 a 1987, 59 empresas multinacionais depositaram ilegalmente lixo industrial tóxico num aterro que ficou conhecido como aterro Mantovani. Os moradores do entorno, expostos à contaminação invisível, não tinham nenhuma informação a respeito. Hoje, não podem consumir a água de seus poços artesianos e nem plantar em suas terras. Um impacto na geração de renda das famílias, no valor de suas propriedades, na saúde, e principalmente, um grande impacto emocional. Pensar que durante anos e anos, sem saber, beberam da água, respiraram do ar e comeram da colheita plantada em terras contaminadas!

Com estas palavras a CPT convoca para esta Romaria. As Romarias da Terra e das Águas são uma das atividades que a cada ano a CPT de São Paulo realiza. Além desta Romaria estadual é realizada outra romaria diocesana na diocese de Presidente Prudente, que neste ano acontecerá no dia 18 de setembro, no assentamento Dona Carmem, próximo ao trevo de Teodoro Sampaio (SP).

Uma CPT de voluntários

A CPT em São Paulo está organizada em quatro equipes minimamente estruturadas. Uma na capital, onde se desenvolve um trabalho maior de diálogo campo/cidade. A população urbana é convocada a apoiar as ações e lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. A equipe também está presente apoiando acampamentos e ocupações nos municípios próximos à capital. Outra equipe atua na Diocese de Presidente Prudente, onde são acompanhadas famílias assentadas e trabalhadores sem-terra, além dos cortadores de cana. Na diocese de Bauru, a CPT acompanha mais de perto a situação dos cortadores de cana. E em Promissão, diocese de Lins, a equipe atua junto a acampados e assentados,

13ª ROMARIA DA TERRA E DAS ÁGUAS DE SÃO PAULO

“Um grito de dor, Um clamor por justiça”

37 ANOS DE IMPUNIDADE

Mais de 60 multinacionais depositaram ilegalmente mais de **326 mil toneladas de resíduos industriais**.

Venha caminhar e clamar junto conosco por **justiça social e ambiental**. Uma caminhada para selar um compromisso comum em dar passos firmes rumo à **sustentabilidade**.

21 de Agosto de 2011- 8h
Santo Antônio de Posse - SP
ATERRO MANTOVANI
Rodovia Campinas – Mogi Mirim
km 147, Santo Antônio de Posse

MAIS INFORMAÇÕES:
www.aterromantovani.wordpress.com

REALIZAÇÃO  Comissão Pastoral da Terra do Estado de SP

Vítimas do Aterro Mantovani

APOIO  CNBB

com atenção também aos assalariados. Em outras cinco regiões do estado há pessoas de referência, que podem ser os germens de possíveis novas equipes. O trabalho da CPT é desenvolvido por agentes voluntários, padres, religiosas e leigos e leigas. Faz parte da coordenação regional um técnico agrícola, filho de assentada, e a secretária também é filha de assentada. Quatro advogados prestam serviços voluntários quando necessário.

Mesmo sendo uma CPT só de voluntários, são muitas as atividades que o regional desenvolve. Além das reuniões da coordenação executiva e do conselho, a CPT realiza a cada ano sua assembleia estadual, promove um seminário de formação e um encontro de Espiritualidade da Terra. As equipes da CPT acompanham acampamentos e assentamentos, sendo presença da Igreja na marcha pela reforma agrária; participam de atividades em escolas e uni-

versidades e de encontros e seminários organizados pelas entidades parceiras; mantêm uma relação profunda com as CEB's, a pastoral da juventude rural e a pastoral da juventude do meio popular; alimentam parcerias com outras Pastorais Sociais, Dioceses, Paróquias, e com diversas Comunidades de Congregações Religiosas. Ainda realizam Missões Populares, sobretudo nos assentamentos e acampamentos, de modo especial antes das Romarias, na região onde vão acontecer.

Na diocese de Lins, o trabalho é desenvolvido a partir de assentamento já estruturado, no município de Promissão. As famílias assentadas garantem a manutenção do agente da CPT. Na diocese atuam na CPT 21 pessoas em três regiões pastorais que representam 11 assentamentos, 18 associações de trabalhadores, quatro grupos de pequenos agricultores e cinco acampamentos. Também foram criados núcleos urbanos de luta pela reforma agrária em 10 municípios da Diocese, todos com mais de cem famílias cada.

A solidariedade mantém o trabalho

A CPT de São Paulo não tem nenhum projeto financeiro para apoiar suas atividades. Conta, porém, com o apoio solidário das comunidades com as quais trabalha e de amigos e parceiros que acreditam no que a CPT faz. Para as reuniões, cada equipe banca os custos de transporte e a equipe onde se realiza a reunião oferece a alimentação, com alguma arrecadação nas comunidades de base local. Como a CPT tem ajudado a organizar os trabalhadores e trabalhadores em associações e cooperativas, estas também tem colaborado disponibilizando estrutura e transporte para algumas atividades. E são feitos bingos e rifas para ajudar a manter o trabalho. Os escritórios da CPT funcionam em paróquias, cúrias diocesanas ou casas religiosas. Em meio à sua fragilidade, pulsa forte o sentimento de que é possível sonhar com Outro Mundo Possível.

* Membro do Conselho Regional da CPT São Paulo.

CULTURA

Movimento*

*Há um movimento
perfilando
em cada canto,
fustigando a voz
que foi abafada.*

*Há um movimento
se refazendo
debaixo do caldeirão,
aquecendo o dia que
será festejado
do amanhecer até o anoitecer.*

*Há um movimento
das consciências
negras
se encontrando no mesmo terreiro,
no mesmo barraco
e tomando banho no mesmo rio.*

*Há um movimento
removendo o medo
que foi instalado
na inocência de nosso corpo
e resgatando a coragem que venceu
a Cruz.*

*Há um movimento
vasculhando memórias,
culturas,
tecendo na incerteza do amanhã
a certeza da vitória.*



Foto: Arquivo MPA

*Há um movimento
rebelde
se fazendo sonho
na vida do povo
que está atravessando
o deserto.*

*Há um movimento
volvendo a terra,
enfrentando conflitos,
recusando as palavras
que são apenas palavras.*

*Há um movimento
na boca da noite,
no meio do picadão,
forjando o tempo novo
entre o fogo e a cinza.*

*Há um movimento
na barriga de nossa
querida AMERÍNDIA,
anunciando
o dia que vem depois.*

* Poema de autoria de Derli Casali, militante do MPA, que faleceu no dia 30 de abril após sofrer um acidente com outros três companheiros do MPA e que acabou vitimando, também, Maria Izabel Silva. Derli fez parte da CPT Espírito Santo.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Impresso Especial
0564/2005 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA